Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Oficial Titular: Renato Gonçalves

AV PLACIDINA DE ARAUJO 621, 621 - CENTRO
Tel.: 5432421403 - Email: rtd@cartorionovaprata.com.br

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS

Nº 1578326 de 15/07/2026

Certifico e dou fé que o documento eletrônico anexo, contendo **22 (vinte e dois) páginas**, foi apresentado em 15/07/2026, o qual foi protocolado sob nº 17848, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **1578326** no Livro B deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas na presente data.

Apresentante
Adyl Net Acesso a Internet Ltda

Natureza
Documento - Outros > Contrato - Outros

Certifico, ainda, que consta no documento eletrônico registrado as seguintes assinaturas digitais:

VALERIO COLLET JUNIOR:400.971.290-20 (Padrão: Gov.br)

Nova Prata - RS, 15 de julho de 2026

Assinado eletronicamente

FABIELE TOAZZA
Escrevente Autorizado(a)

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:

RTDBRASIL.ORG.BR/CERTIDAOREGISTRO

e informe a chave ao lado ou utilize um leitor de qrcode.

1578326

Página 000001/000022
Registro Nº 1578326 15/07/2026

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA, SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E MULTIMÍDIA (SCM), SERVIÇO DE CONEXÃO Á INTERNET (SCI), E OUTROS SERVIÇOS DE VALOR ADICIONADO (SVA)

De um lado, **ADYLNET LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 06.061.646/0001-65, Inscrição Estadual 085/0035724, com sede na Avenida Orestes Ângelo Barni, nº 229, Berçário Industrial, Bairro Basalto, no município de Nova Prata – RS, CEP 95.320-000, ou uma de suas unidades filiais, neste ato representada na forma de seu estatuto social e, de outro lado, **as pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado**, que venham a se submeter a este instrumento mediante uma das formas alternativas de adesão descritas no presente contrato, doravante denominadas simplesmente **CONTRATANTE**, nomeado(a) e qualificado(a) através de **TERMO DE CONTRATAÇÃO/ADESÃO**, o qual é parte indissociável deste contrato, ou outra forma alternativa de adesão ao presente instrumento.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado, o presente Contrato de Prestação de Serviço de Telefonia, Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), Serviço de Conexão à Internet (SCI), e Outros Serviços de Valor Adicionado (SVA), que se regerá pelas cláusulas e pelas condições descritas a seguir:

1. DAS DEFINIÇÕES

1.1. Para fins e efeitos deste contrato, são adotadas as seguintes definições:

COMODATO: É a cessão gratuita de equipamento(s) de propriedade da CONTRATADA ao CONTRATANTE, sem a cobrança de aluguel, durante o período de vigência indicado no presente contrato.

CONTRATO DE LOCAÇÃO: É o instrumento impresso ou eletrônico vinculado a este contrato, que estipula as regras gerais a respeito da locação de equipamento(s) pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, cuja adesão se dará através do Termo de Contratação ou Ordem de Serviço. LOCAÇÃO é a Cessão de equipamento(s) (e outros materiais) de propriedade da CONTRATADA ao CONTRATANTE, mediante a cobrança de valor mensal a ser estipulado no Termo de Contratação, Contrato de Locação ou Ordem de Serviço, durante o período de vigência da contratação.

CONTRATO DE PERMANÊNCIA (FIDELIZAÇÃO/FIDELIDADE): Documento impresso ou eletrônico firmado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, regido pelas regras previstas no Código de Defesa do Consumidor, que trata do benefício estabelecido ao CONTRATANTE em troca da sua vinculação ao presente contrato de prestação do serviço durante o prazo de permanência pré-determinado.

FORMAS DE ATENDIMENTO: Para o CONTRATANTE resolver suas demandas sobre informações, dúvidas, solicitações, reclamações, suspensão ou cancelamento de contratos e de serviços, a CONTRATADA disponibiliza atendimento presencial em suas lojas físicas, nos dias úteis; atendimento telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, através da Central de Atendimento 0800 645 8900 ou 10355; WhatsApp 54 2121.8900, atendimento pela internet, no sítio eletrônico www.adyl.com.br; e outras formas admitidas.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD): Lei n. 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

ORDEM DE SERVIÇO (OS): É o formulário preenchido pela CONTRATADA e/ou seus prepostos,

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

mediante informações prestadas ao CONTRATANTE no ato da visita, no qual constarão, no mínimo: o nome do CONTRATANTE e seus dados qualificativos, nome de seu(s) preposto(s) ou pessoa por este indicada que acompanhará(ão) a visita, opção pelo recebimento de outros serviços oferecidos pela CONTRATADA, dentre outras informações. A ordem de serviço é parte integrante deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive como forma de aceite/adesão a todos os termos deste contrato.

PRODUTOR: empresa que produz e distribui serviços de potencial valor agregado como, por exemplo, streaming de vídeo, conteúdo de entretenimento ou informação, softwares ou serviços de segurança e controle parental etc.

TERMO DE CONTRATAÇÃO/ADESÃO: Designa o instrumento (impresso ou eletrônico) de adesão (presencial ou digital) a este contrato e determina o início de sua vigência, plano contratado e endereços, que o completa e o aperfeiçoa, sendo parte indissociável e formando um só instrumento para todos os fins de direito, sem prejuízo de outras formas de adesão previstas em Lei e no presente contrato. O Termo de Contratação obriga o CONTRATANTE aos termos e condições do presente contrato.

2. DAS DEFINIÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. Para fins e efeitos deste contrato, são adotadas as seguintes definições:

ACESSO: É a conexão do CONTRATANTE à rede de telecomunicações da CONTRATADA e através da qual aquele obtém o Serviço de Conexão à Internet (SCI). É o serviço contratado em si, já instalado e em pleno funcionamento.

SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC: serviço de telecomunicações destinado à comunicação de voz entre pontos fixos determinados, prestado por meio de processos de telefonia fixa, permitindo a realização e o recebimento de chamadas locais, de longa distância nacional e internacional, bem como demais funcionalidades inerentes ao serviço, nos termos da regulamentação aplicável da Agência Nacional de Telecomunicações.

SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC / PABX: serviço de telecomunicações destinado à transmissão e recepção de voz por meio de telefonia fixa, incluindo a disponibilização, integração e operação de sistema PABX (Private Automatic Branch Exchange), possibilitando o gerenciamento de ramais internos, realização e recebimento de chamadas locais, de longa distância nacional e internacional, transferência de chamadas, filas de atendimento, gravação, correio de voz e demais funcionalidades relacionadas à comunicação corporativa, conforme regulamentação aplicável da Agência Nacional de Telecomunicações.

SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – SMP: serviço de telecomunicações móvel prestado em regime de cofaturamento com operadoras devidamente outorgadas para exploração do Serviço Móvel Pessoal – SMP, destinado à realização e recebimento de chamadas, transmissão de dados, mensagens e demais funcionalidades inerentes à telefonia móvel. A operadora outorgada responsável pela prestação do SMP será identificada no respectivo Termo de Contratação/Adesão, sendo esta a responsável pela formalização do contrato de SMP diretamente com o cliente compartilhado, nos termos da regulamentação aplicável da Agência Nacional de Telecomunicações.

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM): Serviço de telecomunicação que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios, a CONTRATANTES dentro de determinada área de prestação de serviços.

SERVIÇO DE CONEXÃO À INTERNET (SCI): Conforme definido na Norma do Ministério das Comunicações nº 004, de 31/05/1995, é o nome genérico que designa o serviço de valor adicionado que possibilita o acesso à internet a usuários e provedores de serviços de informações e conteúdo. O provimento do SCI não depende de concessão, permissão ou autorização da ANATEL.

SERVIÇO DE VALOR ADICIONADO (SVA): Definido no art. 61 da LGT, é a atividade que acrescenta a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte e com o qual não se

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

confunde, possibilitando novas utilidades relacionadas ao acesso, ao armazenamento, à apresentação, à movimentação ou à recuperação de informações. O SVA não constitui serviço de telecomunicações. O produto ou serviço, por exemplo (mas não limitado a), serviços de streaming de vídeo, serviços de acesso a conteúdos digitais, bibliotecas digitais, softwares de segurança e controle parental etc., que será revendido - ou simplesmente agregado - **pelos PARCEIROS a seus clientes ("Usuários") como valor adicional a seus** próprios serviços. Quando aqui referidos, independentemente de número ou gênero em que sejam mencionados designam a classificação do rol de serviços que compõe o objeto do presente Contrato, que não se confundem com quaisquer das modalidades dos serviços de telecomunicações.

3. DAS CONDIÇÕES INICIAIS

3.1 Para fins deste contrato, a expressão TERMO DE CONTRATAÇÃO/ADESÃO designa o instrumento (impresso ou eletrônico) de adesão (presencial ou online) a este contrato que determina o início de sua vigência, que o completa e o aperfeiçoa, sendo parte indissociável e formando um só instrumento para todos os fins de direito, sem prejuízo de outras formas de adesão prevista em Lei e no presente Contrato. O TERMO DE ADESÃO, assinado, obriga o CONTRATANTE aos termos e condições do presente Contrato, podendo ser alterado através de ADITIVOS, desde que devidamente assinados por cada parte.

3.2 O CONTRATANTE declara, que foi informado quanto ao tratamento de dados que será realizado pela CONTRATADA, nos termos da Lei nº 13.709/2018. Declara também ser manifestação livre, informada e inequívoca a autorização do tratamento de seus dados pessoais.

3.3 Aplicam-se ao presente CONTRATO a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): Lei que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

4. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 São deveres do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento das Notas Fiscais e Faturas até a data do vencimento;

b) Concluir as obras e/ou adquirir os equipamentos necessários para a prestação do serviço, a fim de possibilitar a sua ativação;

c) Comunicar a CONTRATADA, através da Central de Atendimento, toda e qualquer irregularidade ou mau funcionamento do serviço ou fato nocivo à segurança;

d) Comunicar a CONTRATADA, o roubo, furto ou extravio de dispositivos de acesso; a transferência de titularidade e a transferência de endereço do dispositivo de acesso; ou qualquer alteração das informações cadastrais;

e) Somente conectar à rede da CONTRATADA de equipamentos que possuam certificação expedida ou aceita pela ANATEL;

f) Permitir a retirada dos equipamentos fornecidos pela CONTRATADA, quando extinto o presente Contrato ou sempre que houver qualquer tipo de alteração nas características do serviço;

g) Utilizar adequadamente o serviço, os equipamentos e as redes de telecomunicações envolvidas na prestação dos mesmos, eximindo a CONTRATADA de qualquer responsabilidade em caso de reclamações e/ou demandas propostas por terceiros em razão do uso inadequado do serviço por parte do CONTRATANTE (particulares, Ministério Público, Procon, ANATEL, etc.);

h) Providenciar local adequado e infraestrutura necessária, de acordo com as normas técnicas vigentes, bem como rede interna, para adequada prestação do serviço e correta instalação e funcionamento dos materiais e/ou equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA;

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

i) Adquirir, construir e manter toda a infraestrutura/rede interna e equipamentos necessários para a ativação e prestação dos Serviços de Internet;
j) Permitir a visita dos técnicos da CONTRATADA, ou por ela indicados, quando da instalação, ativação e manutenção do serviço, bem como em caso de suspeita de uso indevido dos Serviços de Internet;
k) Arcar com custos de eventual mudança de endereço e troca de titularidade solicitada à CONTRATADA, observada a viabilidade técnica da prestação do serviço no novo local;
l) Não comercializar, ceder, locar, sublocar, compartilhar, disponibilizar ou transferir os serviços de internet a terceiros, NÃO podendo redistribuir sinal, sob pena de rescisão contratual e de multa diária de R$ 1.000,00 (hum mil reais), salvo com autorização expressa da CONTRATADA.
m) Manter íntegros os equipamentos disponibilizados pela CONTRATADA, evitando quaisquer alterações físicas e ou lógicas, sob pena de indenização ou de perda de garantia;
n) mensurar e se certificar, antes da contratação, sobre a quantidade necessária de banda de acordo com a média de seu consumo diário.
o) Respeitar direitos autorais de softwares, hardwares, marcas, tecnologias, nomes, programas, serviços, sistemas, e tudo o mais a que acesse por meio do serviço contratado, respondendo diretamente por perdas, danos, lucros cessantes e outros danos provocados em razão da violação destes direitos;
p) Preservar-se contra a perda de dados, invasão de rede e outros eventuais danos causados pela utilização da internet, não cabendo à CONTRATADA qualquer responsabilidade pela segurança da rede e dados do CONTRATANTE, bem como por eventuais danos e prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE, sejam a que título for.
q) É obrigação do CONTRATANTE comunicar tudo o que se refira ao funcionamento e às instalações dos equipamentos, como também quaisquer dúvidas referentes aos pagamentos e vencimentos das mensalidades, cabendo também comunicar à CONTRATADA eventuais mudanças de números de telefones, endereço eletrônico (e-mail), endereço físico, dentre outros.
r) É igualmente de responsabilidade do CONTRATANTE deixar seus sistemas de AntiSpam configurados, de modo que não interfiram no recebimento dos comunicados e matérias da CONTRATADA, não sendo aceitável nenhuma escusa caso não tenha tido acesso a algum e-mail em virtude desse bloqueio ou filtro similar.

4.2 São direitos do CONTRATANTE:
a) ao acesso e fruição dos serviços dentro dos padrões de qualidade e regularidade previstos na regulamentação, e conforme as condições ofertadas e contratadas;
b) à liberdade de escolha da PRESTADORA e do plano de serviço;
c) ao tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço, desde que presentes as condições técnicas necessárias, observado o disposto na regulamentação vigente;
d) ao prévio conhecimento e à informação adequada sobre as condições de contratação, prestação, meios de contato e suporte, formas de pagamento, permanência mínima, suspensão e alteração das condições de prestação dos serviços, especialmente os preços cobrados, bem como a periodicidade e o índice aplicável, em caso de reajuste;
e) à inviolabilidade e ao segredo de sua comunicação, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações e as atividades de intermediação da comunicação das pessoas com deficiência, nos termos da regulamentação;
f) à não suspensão do serviço sem sua solicitação, ressalvada a hipótese de suspensão por falta de pagamento ou inserção de crédito ou por descumprimento de deveres constantes na LGT, sempre após notificação prévia pela CONTRATADA;
g) à resposta eficiente e tempestiva, pela CONTRATADA, às suas reclamações, solicitações de serviços e pedidos de informação, ressalvadas as hipóteses de suspensão parcial

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

e total;

h) ao encaminhamento de reclamações ou representações contra a CONTRATADA, junto à Anatel ou aos organismos de defesa do consumidor;

i) à transferência de titularidade de seu contrato de prestação de serviço, mediante cumprimento, pelo novo titular, dos requisitos necessários para a contratação inicial do serviço;

j) à comunicação prévia de inclusão de seu nome em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, condicionado à manutenção de seus dados cadastrais atualizado junto à CONTRATADA.

k) Ter restabelecida a integridade dos direitos relativos à prestação do serviço, a partir da quitação integral da dívida, ou de acordo celebrado com a CONTRATADA, com a imediata exclusão de informação de inadimplência sobre ele anotada;

l) O bloqueio temporário ou permanente, total ou parcial, do acesso a comodidades ou utilidades oferecidas, desde que mediante solicitação expressa à Central de Atendimento;

m) A continuidade do serviço pelo prazo contratual, salvo nas hipóteses de descumprimento contratual previstas neste Contrato e na legislação aplicável;

n) Privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela CONTRATADA.

o) DO ENVIO DE MENSAGENS (SMS) CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE O PLANO: O CONTRATANTE poderá receber, via mensagens de celular (SMS), informações acerca do status sobre o CONTRATO de serviços e sobre o plano escolhido.

p) O CONTRATANTE deseja receber menagens via SMS com informações sobre status do contrato e/ou do plano escolhido? (X) SIM ( ) NÃO

q) **DO ENVIO DE MENSAGENS VIA "WHATSAPP" CONTENDO INFORMAÇÕES SOBRE O** PLANO: O CONTRATANTE **poderá receber, via mensagens enviadas por "WhatsApp", informações** acerca do status sobre o CONTRATO de serviços e sobre o plano escolhido.

r) O CONTRATANTE **deseja receber mensagens via "WhatsApp" com informações sobre** o status do contrato e/ou do plano escolhido? (X) SIM ( ) NÃO

5. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São deveres da CONTRATADA, dentre outros previstos nas legislações específicas:

a) Prestar os Serviços de Internet segundo os parâmetros de qualidade, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados, responsabilizando-se pela exploração e execução do serviço perante o CONTRATANTE;

b) Entregar a NF e boleto via correio ou envio por e-mail, no endereço informado pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 07 (sete) dias do vencimento;

c) Manter em pleno e adequado funcionamento do atendimento telefônico por meio de discagem direta gratuita (0800 645 8900 e 10355), durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma a possibilitar eventuais reclamações relativas a infrações dos serviços, ou ainda pelo whats app em horário comercial pelo nº. (54) 2121-8900;

d) Sanar eventuais falhas e problemas relacionados ao serviço, conforme regulamentação;

e) A CONTRATADA atenderá solicitações de reparo por falhas ou defeitos na prestação de serviços em até 24 (vinte e quatro) horas úteis para pessoa jurídica e 48 (quarenta e oito) horas úteis para pessoa física, a contar do protocolo de solicitação do consumidor;

f) Conceder desconto e/ou ressarcimento por falhas e/ou interrupções do serviço, na forma da Cláusula 15 deste Contrato;

g) Não recusar o atendimento a pessoas cujas dependências estejam localizadas na área de cobertura da CONTRATADA, nem impor condições discriminatórias, salvo nos casos de indisponibilidade técnica;

h) Cumprir com os parâmetros de qualidade do serviço relacionados na cláusula 23 deste instrumento, conforme regulamentação;

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

i) Tornar disponíveis ao CONTRATANTE informações sobre características e especificações técnicas dos equipamentos, necessárias à conexão dos mesmos à sua rede, sendo-lhe vedada a recusa a conectar equipamentos sem justificativa técnica comprovada;
j) Zelar pelo sigilo inerente aos serviços de telecomunicações e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do CONTRATANTE, empregando todos os meios e tecnologia necessários para assegurar este direito dos usuários.
k) A CONTRATADA observará o dever de zelar estritamente pelo sigilo inerente aos serviços de telecomunicações e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do assinante, empregando todos os meios e tecnologias necessárias para assegurar este direito dos usuários.
5.2 São direitos da CONTRATADA:
a) Contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço desde que previamente autorizados pelo CONTRATANTE;
b) Cobrar pelos equipamentos instalados, caso estes não tenham sido pagos inicialmente ou devolvidos no final da relação contratual.
5.3 Não são obrigações da CONTRATADA:
a) Responsabilizar-se pelo conteúdo das informações trocadas entre usuários, nem pelo uso indevido de redes de telecomunicações, sendo tais práticas de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE, o qual deverá respeitar as leis e regulamentos vigentes, direcionando o uso do serviço de forma ética e moral, atendendo à sua finalidade e natureza, respeitando a intimidade e privacidade de dados tais como, mas não limitado, a senhas e informações de uso exclusivo e/ou confidencial;
b) Responsabilizar-se por quaisquer danos relacionados a algum tipo de programa externo, falha de operação por pessoas não autorizadas na infraestrutura do CONTRATANTE, de energia elétrica, ar-condicionado, elementos radioativos ou eletrostáticos, poluentes ou outros assemelhados, e nem pelo uso, instalação ou atendimento a programas de computador e/ou equipamentos de terceiros, ou ainda por qualquer outra causa em que não exista culpa exclusiva da CONTRATADA.
5.4 A CONTRATADA se exime de qualquer responsabilidade por danos e/ou prejuízos e/ou pela prática de atividades e condutas negativas pelo CONTRATANTE, danosas e/ou ilícitas, através da utilização dos serviços objetos do presente contrato.

6. DO OBJETO

6.1 O presente contrato tem como objeto a prestação dos serviços de Tecnologia, Prestação de Serviço de Telefonia, Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), Serviço de Conexão à Internet (SCI), e Outros Serviços de Valor Adicionado (SVA). Eles se destinam conjuntamente ao acesso às redes mundiais de computadores, internet (www) através dos dispositivos do contratante (computadores, celulares, tablets, notebooks e entre outros) que forem conectados aos aparelhos instalados, localizados no endereço que aparece na proposta de adesão, utilizando rede de fibra óptica, roteadores e servidores, conforme especificado no Pacote de Serviços escolhido livremente pelo e de acordo com a regulamentação e resoluções emitidas pela ANATEL.
6.2 Compreende-se por prestação de SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA - SCM por parte da CONTRATADA a instalação, administração e manutenção de rede de transporte para a transmissão de Informações Multimídia: sinais de áudio, vídeo, dados, voz e outros.
6.3 SERVIÇOS DE CONEXÃO À INTERNET - SCI, quando aqui referidos, independentemente do número ou gênero em que sejam mencionados, designam serviços Objetos deste Contrato considerados, por Lei (LGT), normas (Nr. 004/1995) e regulamentos da ANATEL, **como típicos "Serviços de Valor Adicionado – SVAs", que não se confundem com** quaisquer das modalidades dos serviços de telecomunicações.
6.4 Constitui ainda, como objeto do presente contrato a prestação de SERVIÇOS DE VALOR ADICIONADO – SVA, conforme discriminado no TERMO DE ADESÃO.
6.5 A prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) encontra-se sob a égide

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

da Lei nº 9.472/97; do Regulamento dos Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução Anatel nº 777, de 28 de abril de 2025, e demais normas aplicáveis;

6.6 Na prestação dos Serviços de Conexão à Internet (SCI), a CONTRATADA disponibilizará ao CONTRATANTE um endereço IP (Internet Protocol) que poderá ser dinâmico (variável), ou poderá ser fixo (invariável), a exclusivo critério da CONTRATADA.

6.7 Independente da forma de disponibilização do IP ao CONTRATANTE, este endereço sempre será de propriedade da CONTRATADA, sendo que a disponibilização do endereço IP não constitui, de forma alguma, qualquer espécie de cessão ou transferência desta propriedade.

6.8 A CONTRATADA se reserva no direito de alterar, a qualquer momento, o IP Fixo (invariável) cedido ao CONTRATANTE, independentemente de prévia comunicação.

6.9 Poderá haver cobrança pela CONTRATADA em caso de disponibilização do IP Fixo ao CONTRATANTE.

6.10 Os valores de mensalidade ou adesão referentes aos SERVIÇOS só serão devidos pelo CONTRATANTE após a instalação do serviço.

6.11 A qualificação completa do CONTRATANTE; o tipo, as especificações e características dos serviços prestados; a garantia de banda contratada; os valores a serem pagos pelo CONTRATANTE pelos serviços de conexão à internet, serviços de comunicação multimídia, instalação, ativação, locação de equipamentos e/ou outros serviços porventura contratados de forma conjunta (COMBO); bem como demais detalhes técnicos e comerciais, serão devidamente designados no Termo de Adesão e respectivo Plano de Venda.

6.12 O Plano de Venda compõe o Termo de Adesão, constituindo partes integrantes e essenciais à celebração do presente instrumento. Uma vez assinado ou aderido eletronicamente o Termo de Adesão, fica automaticamente aperfeiçoada a relação jurídica havida entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, bem como fica automaticamente aperfeiçoado o presente instrumento, que passa a constituir, juntamente com o Termo de Adesão e respectivo Plano de Venda, um título executivo extrajudicial, para todos os fins de direito.

6.13 Os serviços estarão disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante os 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término da relação contratual avençada, ressalvadas as interrupções causadas por caso fortuito ou motivo de força maior, dentre outras hipóteses e limitações de responsabilidades previstas neste instrumento.

7. DO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA – SCM

7.1 Constitui-se objeto do presente instrumento, além dos demais serviços, a prestação, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) na modalidade banda larga e, quando aplicável, o provimento e o uso de equipamentos no local informado pelo CONTRATANTE, dentro da área de prestação de serviços da PRESTADORA, conforme discriminado no Termo de Contratação, Contrato de Locação e/ou na Ordem de Serviço.

7.2 A prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) será realizada diretamente pela CONTRATADA, que se encontra devidamente autorizada para ofertar referidos serviços, conforme autorização expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações — ANATEL, nº 200790018760 publicado no D.O.U. em 07 de março de 2007.

7.3 A velocidade e tecnologia de acesso encontrar-se-ão especificadas no Termo de Contratação/Adesão.

7.4 Quando o equipamento cedido em comodato, locado ou ofertado sob a opção de compra também servir de roteador wi-fi, o CONTRATANTE fica ciente, desde já, de que tal equipamento poderá sofrer interferência em sua performance devido a obstáculos físicos (como paredes, portas, janelas, móveis, objetos de decoração, plantas, dentre outros) ou eletromagnéticos (como equipamentos eletrônicos ou eletrodomésticos), causando degradação, consequentemente, na qualidade do serviço.

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

8. DO SERVIÇOS DE CONEXÃO À INTERNET - SCI

8.1 SERVIÇOS DE CONEXÃO À INTERNET - SCI é o serviço que provê o acesso à internet de forma a acrescentar esta condição inafastável ao SCM, sem com ele se confundir, tendo natureza jurídica distinta e não estando sujeito às regras da Anatel ou de qualquer outro órgão regulador. O SCI será prestado de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, incluindo-se sábados, domingos e feriados, a partir da data de ativação até rescisão contratual, ressalvadas as interrupções provocadas por falhas que receberão o tratamento devido.

8.2 Por força das características técnicas do SCI a Contratada disponibilizará ao Contratante um endereço IP que poderá ser dinâmico (variável), ou poderá ser fixo (invariável), conforme definido no Termo de Contratação.

8.3 Para configurar o serviço, será atribuído pela CONTRATADA, via rede IP um endereço de IP, público ou privado, estático ou dinâmico, a depender do plano contratado.

8.4 O endereço de IP atribuído ao CONTRATANTE respeitará as configurações padrão, inclusive no que diz respeito às portas. Havendo a necessidade de liberação e/ou contratação de portas, este serviço deverá ser adquirido à parte e terá custo mensal.

8.5 Na omissão no Termo de Contratação quanto ao tipo de IP contratado, será considerado que o IP disponibilizado é dinâmico (variável).

8.6 O CONTRATANTE reconhece que o IP disponibilizado pela CONTRATADA poderá ser utilizado, simultaneamente, por outros CONTRATANTES da CONTRATADA, através do emprego da tecnologia NAT (*Network Address Translation*), sem que possa acarretar ofensa às regras da Lei 12.965/14 – Marco Civil da Internet ou outra aplicável, eis que se trata de característica da tecnologia empregada e padronizada.

8.7 Registros cadastrais e registros de conexão da PRESTADORA poderão ser disponibilizados às autoridades na forma da legislação aplicável.

9. DO SERVIÇO DE VALOR ADICIONADO - SVA

9.1 O SERVIÇO DE VALOR ADICIONADO - SVA, é a atividade que acrescenta, a um serviço de telecomunicações que lhe dá suporte com o qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

9.2 Os serviços objeto deste Contrato são considerados como espécie dos "Serviços de Valor Adicionado", eis que apenas acrescentam a um serviço de telecomunicações, que lhe dá suporte e com a qual não se confunde, novas utilidades relacionadas ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação ou recuperação de informações.

9.3 A CONTRATADA envidará seus melhores esforços para assegurar a disponibilidade e funcionamento adequado do SVA, observadas as limitações técnicas inerentes aos serviços de telecomunicações de suporte e às tecnologias utilizadas. A CONTRATADA não poderá ser responsabilizada por interrupções, falhas ou indisponibilidades decorrentes de fatores alheios à sua vontade, incluindo falhas de energia elétrica, indisponibilidade da rede de terceiros, caso fortuito, força maior ou incompatibilidade de equipamentos utilizados pelo CONTRATANTE.

9.4 Os serviços de valor adicionado efetivamente contratados estarão disponíveis ao CONTRATANTE a partir da data de assinatura ou aceite eletrônico do TERMO DE CONTRATAÇÃO/ADESÃO, ou outra forma de adesão ao presente instrumento.

9.5 Ficará a exclusivo critério da CONTRATADA:

9.5.1 Definir qual(is) serviço(s) de valor adicionado/valor agregado ou outras avenças, será(ão) disponibilizado(s) ao CONTRATANTE;

9.5.2 Substituir, qualquer serviço de valor adicionado/valor agregado ou outras avenças, com valor de mercado semelhante, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, mediante comunicação ao CONTRATANTE por e-mail ou mensagem de texto, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Registro Nº 1578326 15/07/2026

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

10. DAS FORMAS DE ADESÃO

10.1 A adesão ao serviço contratado, nas modalidades de oferta individual ou conjunta, poderá ser realizada pelo CONTRATANTE através de vendedores credenciados pela CONTRATADA, por telefone, via internet (Área do Cliente ou contratação eletrônica), aplicativo, e-mail, loja física, através de autoatendimento, dentre outros meios disponíveis no momento da contratação.

10.2 A adesão pelo CONTRATANTE ao presente contrato efetiva-se alternativamente por meio de quaisquer dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro:

a) Assinatura, a próprio punho ou eletrônica, do Termo de Contratação/Adesão;

b) Aceitação do Termo de Contratação/Adesão através de sistema específico (aceite digital), pelos meios a serem disponibilizados pela CONTRATADA;

c) Assinatura, a próprio punho ou eletrônica, da Ordem de Serviço de instalação, pelo CONTRATANTE ou por pessoa por ele designada;

d) Pagamento parcial ou total via boleto bancário ou outro meio idôneo de pagamento, de qualquer valor relativo aos serviços disponibilizados pela CONTRATADA;

e) Fruição do serviço por mais de 7 (sete) dias, contados da data de instalação ou de habilitação do serviço;

10.3 O pagamento da primeira fatura ratificará integralmente a adesão ao serviço contratado.

10.4 Para ativação, o CONTRATANTE deverá informar à CONTRATADA seus dados pessoais e fornecer os documentos necessários para sua identificação.

11. DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE

11.1 Pelos serviços contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores pactuados no TERMO DE CONTRATAÇÃO/ADESÃO, em que constarão também a periodicidade de cada pagamento, a forma, as condições e as respectivas datas de vencimento.

11.2 A adesão do CONTRATANTE a este contrato será evidenciada, pelo pagamento parcial ou total via boleto bancário, depósito em Conta Corrente da CONTRATADA, ou outro meio idôneo de pagamento, de qualquer valor relativo aos serviços disponibilizados pela CONTRATADA.

11.3 O CONTRATANTE adimplente poderá migrar para outros Planos de Serviço, oferecidos pela CONTRATADA, homologados pela ANATEL, a qualquer época, observados os critérios objetivos estabelecidos no Plano de Serviço contratado.

11.4 Será emitido mensalmente um único boleto do valor total dos serviços.

11.5 O CONTRATANTE é o único responsável pelo pagamento da Fatura, respeitando-se a incidência tributária aplicável conforme a legislação vigente, e deverá pagá-la, pontualmente, até na data de vencimento negociado entre as partes;

11.6 Os valores relativos a este contrato serão anualmente reajustados, com base na atualização do débito pelos índices admitidos por lei ou regulamentação vigente no período.

11.7 O boleto de cobrança será entregue ao CONTRATANTE com a antecedência estabelecida no Termo de Contratação/Adesão, podendo esta entrega ocorrer fisicamente, por e-mail, através de aplicativo ou mediante disponibilização na Central de Atendimento ao Assinante na internet, a critério da Contratada.

11.8 O não recebimento do documento de cobrança não isenta o mesmo do devido pagamento. Nesse caso, o CONTRATANTE deverá, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data de vencimento, contatar a Contratada pela sua Central de Atendimento ao Assinante, para que seja orientado como proceder ao pagamento dos valores acordados ou retirar a 2ª (segunda) via do documento de cobrança.

12 DO INADIMPLEMENTO

12.1 Após o vencimento será cobrado multa monetária de 2% (dois por cento) e juros legais

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

de ao mês sobre o valor total da fatura.

12.2 Além do disposto no item acima, o não pagamento da fatura pelo CONTRATANTE, facultará à CONTRATADA, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial:

12.2.1 Suspender a prestação do serviço, transcorridos 15 (quinze) dias de atraso no seu pagamento, até a data de quitação integral da dívida ou de acordo celebrado com a CONTRATADA;

12.2.2 Cancelar a prestação do serviço e rescindir o Contrato, transcorridos 60 (sessenta) dias de atraso no pagamento;

12.2.3 Inclusão dos dados do CONTRATANTE nos sistemas de proteção ao crédito;

12.3 Na hipótese de rescisão do Contrato por atraso no pagamento, a prestação do serviço pela CONTRATADA somente será restabelecida mediante a quitação dos débitos pendentes;

12.4 O não recebimento da NF/F até a data de vencimento não isentará o CONTRATANTE da responsabilidade pelo pagamento, devendo comunicar imediatamente o fato ao Central de Atendimento ao Cliente, ou retirá-la na Central do Assinante www.adyl.com.br.

12.5 Em caso de ausência de quitação de quaisquer débitos pelo CONTRATANTE, inclusive a não devolução dos equipamentos locados ou cedidos em comodato, depois de transcorridos os prazos para pagamento de acordo com as disposições legais, a CONTRATADA poderá iniciar, por si ou por intermédio de terceiros, os procedimentos legais de cobrança, como avisos e notificações de cobrança, inscrição do nome do CONTRATANTE nos órgãos de proteção ao crédito, protesto em cartório de registro de títulos e documentos, ação judicial, dentre outras medidas, cabendo ao CONTRATANTE ressarcir a Parte prejudicada o valor corrigido e atualizado nos termos do presente contrato, além das despesas administrativas e judiciais e honorários advocatícios.

12.6 O CONTRATANTE autoriza a CONTRATADA, desde já, a notificá-lo a respeito dos débitos contraídos através de correspondência física, correio eletrônico (e-mail), mensagem de texto (SMS), Central do Assinante, aplicativo Minha Unifique, aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp ou outros), contato telefônico ou presencial, ou outras formas ajustadas entre as partes, inclusive para os fins de que trata o art. 43, § 2º, do CDC (notificação prévia ao registro nos órgãos de proteção ao crédito).

13 DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS

13.1 Além das hipóteses previstas neste Contrato, na legislação e na regulamentação aplicável, a CONTRATADA poderá suspender os Serviços de Internet nos casos de:

13.1.1 Não pagamento ou descumprimento de obrigações contratuais, legais ou regulamentares pelo CONTRATANTE, incluído o uso indevido do serviço;

13.1.2 Manutenção preventiva dos equipamentos e/ou redes empregadas na prestação do serviço, mediante aviso prévio ao CONTRATANTE;

13.1.3 E manutenção corretiva dos equipamentos e/ou redes empregadas na prestação dos serviços.

14 DA SUSPENSÃO PARCIAL E TOTAL DOS SERVIÇOS POR FALTA DE PAGAMENTO

14.1 O atraso no pagamento de qualquer quantia prevista no presente contrato poderá implicar na suspensão dos serviços contratados, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e no presente instrumento.

14.2 A suspensão do serviço ocorrerá totalmente, nas seguintes hipóteses:

a) Transcorridos 15 (quinze) dias, contados da notificação de existência de débito vencido, o CONTRATANTE poderá ter suspenso os serviços contratados;

b) Transcorridos 60 (sessenta) dias da suspensão total do serviço, a CONTRATADA poderá rescindir plenamente o contrato, com a consequente e imediata extinção da prestação do serviço e o recolhimento dos equipamentos cedidos em comodato ou locados.

14.3 A rescisão não prejudica a exigibilidade dos encargos decorrentes do presente

Registro Nº 1578326 15/07/2026

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

contrato, Termo de Contratação/Adesão, Contrato de Locação e do Contrato de Permanência, quando for o caso.

14.4 Estando o serviço suspenso totalmente, o restabelecimento fica condicionado ao pagamento do(s) valor(es) em atraso, incluídos a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do principal, atualização monetária e juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor original da cobrança, e será efetuado pela PRESTADORA no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da plena quitação dos valores devidos.

14.5 Entende-se como plena quitação o efetivo recebimento pela CONTRATADA do valor devido pelo CONTRATANTE, o que acontecerá após transcorrido o prazo para compensação bancária.

14.6 Expirado o prazo de suspensão total e processada a rescisão do contrato, o serviço somente será disponibilizado novamente ao CONTRATANTE mediante a quitação de todos os débitos, a constatação de viabilidade e disponibilidade técnica e a celebração de novo contrato junto à CONTRATADA, com a cobrança de todos os encargos inerentes a uma nova contratação, nos termos do presente instrumento.

14.7 Na hipótese de celebração de acordo entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE para o parcelamento de débitos, o termo de acordo e as parcelas referentes ao valor pactuado devem ser encaminhados ao CONTRATANTE em documento de cobrança separado, salvo ajuste em contrário entre as partes.

14.8 O serviço será restabelecido no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da plena quitação do pagamento da primeira parcela do acordo.

14.9 No caso de inadimplência do acordo, ainda que parcial, transcorridos 5 (cinco) dias da notificação de existência de débito vencido, a CONTRATADA pode suspender totalmente a prestação do serviço.

14.10 Persistindo o débito em aberto, a CONTRATADA reservar-se-á o direito de manter ou incluir o CONTRATANTE nos órgãos de proteção ao crédito.

14.11 A notificação que antecede o registro do nome do CONTRATANTE nos órgãos de proteção ao crédito poderá ocorrer através de correspondência física, correio eletrônico (e-mail), mensagem de texto (SMS), aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp ou outros), Central do Assinante, contato telefônico ou presencial, ou outras formas ajustadas entre as partes.

14.12 A CONTRATADA providenciará a solicitação de exclusão dos dados do CONTRATANTE nos órgãos de proteção ao crédito tão logo tenha conhecimento da quitação realizada.

15 DESCONTOS COMPULSÓRIOS

15.1 A CONTRATADA concederá descontos compulsórios nos valores mensais, por interrupções de suas responsabilidades superiores a 30 minutos nos Serviços de Internet, cujas causas não decorreram de caso fortuito ou força maior, nem sejam atribuíveis ao CONTRATANTE, desde que verificadas as paralisações por período de tempo superior a 30 (trinta) minutos e de acordo com a seguinte fórmula: VD = (VM / 1440) x n (onde VD = Valor do Desconto; VM = Valor Mensal do Serviço; n = Quantidade de unidades de períodos de 30 (trinta) minutos; 1440 = Total de períodos de 30 (trinta) minutos no mês);

15.2 O tempo de indisponibilidade do serviço compreende o período entre a abertura do chamado técnico pelo assinante até o restabelecimento do circuito em tráfego para o CONTRATANTE;

15.3 O valor do desconto será aplicado no mês subsequente ao da ocorrência, com base no valor vigente dos serviços afetados, no mês da ocorrência;

15.4 Não serão concedidos descontos nos casos de interrupções ocasionadas por comprovada operação inadequada ou por falhas na infraestrutura do CONTRATANTE, pelo período de tempo em que, por motivo injustificado, o CONTRATANTE impedir o acesso do pessoal técnico da CONTRATADA às suas dependências, onde estejam localizados os equipamentos e/ou por ela mantidos, postergando assim o momento da correção da fa-

Página 000012/000022
Registro Nº 1578326 15/07/2026
Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

lha ou do motivo causador da interrupção e ocorrendo caso fortuito ou de força maior.

16 VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 O presente instrumento tem início a partir da assinatura (a próprio punho ou eletrônica) ou do aceite digital do Termo de Contratação/Adesão, Contrato de Permanência ou Ordem de Serviço e vigerá pelo prazo estipulado no Termo de Contratação, Adesão e/ou Contrato de Permanência.

16.2 O contrato poderá vigorar por prazo superior ao estipulado nos mencionados documentos, segundo as mesmas cláusulas e condições aqui determinadas, desde que não haja manifestação formal por qualquer das partes em sentido contrário, no prazo de 60 (sessenta) dias anterior ao seu término.

17 DO CONTRATO OU TERMO DE PERMANÊNCIA

17.1 A CONTRATADA poderá oferecer, no ato da contratação ou a qualquer momento, a opção de contrato com permanência, que consiste na concessão de benefícios e/ou ofertas especiais ao CONTRATANTE, em caráter temporário, e/ou a agregação de outros produtos e/ou pacotes, igualmente em caráter extraordinário e temporário, que poderá implicar na liberação ou diminuição do pagamento da taxa de instalação ou descontos nas mensalidades ou, ainda, nos pacotes integrados de produtos, mediante o compromisso de permanência na base de CONTRATANTE da CONTRATADA, em um mesmo endereço/ponto de instalação, pelo período mínimo a ser estipulado no Contrato de Permanência, contados a partir da data de assinatura (a próprio punho ou eletrônica) ou do aceite digital do Termo de Contratação, Adesão e/ou Contrato de Permanência.

17.2 Na hipótese de o CONTRATANTE desistir da opção de permanência/fidelidade contratada ou rescindir o presente instrumento antes do período mínimo pré-estabelecido, estará obrigado ao pagamento do valor correspondente ao benefício que foi fixado e/ou multa estipulada, nos termos previstos no Contrato de Permanência, corrigido monetariamente com base na atualização do débito pelos índices admitidos por lei ou regulamentação vigente no período.

17.3 Após a rescisão do contrato e/ou comunicação de alguma das hipóteses ensejadoras da desistência da opção de permanência/fidelidade, a CONTRATADA informará ao CONTRATANTE o valor devido a título de multa rescisória.

17.4 O valor da multa aplicada decorrente da rescisão antecipada deverá ser proporcional ao valor do benefício estabelecido e ao tempo restante para o término do prazo de permanência.

17.5 No caso de desistência da opção de permanência/fidelidade, cujo benefício estabelecido inclua a liberação do pagamento da taxa de instalação ou descontos em mensalidades ou serviços, seu pagamento será devido nos termos estipulados no Contrato de Permanência/Adesão.

17.6 A opção de permanência/fidelidade sempre será uma escolha do CONTRATANTE e estará disponível para contratação através do Contrato de Permanência.

17.7 Durante a vigência da opção de permanência/fidelidade, a alteração ou migração para pacote e/ou velocidade inferior ao qual se encontrava efetivamente contratado sob a opção de permanência/fidelidade, será entendida como desistência da opção de permanência/fidelidade, implicando em automática cobrança dos valores referentes aos benefícios estabelecidos, na forma descrita neste contrato e/ou no Contrato de Permanência;

17.8 Na hipótese de contratação de oferta conjunta (combo), o cancelamento de algum dos serviços de forma isolada implicará no cancelamento de todos os serviços, inclusive da opção de permanência, com as consequências daí decorrentes, e o valor de cada serviço remanescente perderá o preço promocional e passará a ser cobrado de acordo com a tabela de preços vigente no momento do cancelamento;

17.9 Durante a vigência da opção de permanência/fidelidade, havendo pedido de

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

aumento de velocidade ou mudança de plano para outro pacote com melhores condições por opção do CONTRATANTE e oferecido novo benefício, será elaborado novo Termo de Contratação e novo Contrato de Permanência. Caso o CONTRATANTE escolha não aceitar o benefício ofertado, este deverá cumprir o prazo restante de permanência mínima contratado inicialmente, sob pena de cobrança dos valores referentes aos benefícios, na forma descrita neste contrato e/ou no Contrato de Permanência.

17.10 A alteração de endereço será entendida como desistência da opção de permanência/fidelidade, implicando em automática cobrança dos valores referentes aos benefícios estabelecidos, na forma descrita neste contrato e/ou no Contrato de Permanência.

17.11 Solicitada a mudança de endereço e/ou realocação de equipamentos e verificada a inexistência de viabilidade ou disponibilidade técnica, o CONTRATANTE estará sujeito ao pagamento do benefício estabelecido em razão do CONTRATO DE PERMANÊNCIA/FIDELIDADE.

17.12 Durante a suspensão dos serviços a pedido do CONTRATANTE, o período não será computado para fins da opção de permanência/fidelidade.

17.13 O prazo máximo de permanência é de 12 (doze) meses quando o CONTRATANTE se tratar de pessoa física, sendo de livre negociação se o CONTRATANTE for consumidor corporativo, assegurado a este a contratação pelo período mínimo de doze meses, de acordo conforme Art. 36 da Resolução n. 765/2023 da Anatel.

18 DA RESCISÃO

18.1 O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

a) Extinção da autorização da CONTRATADA para a prestação dos Serviços de Internet, e demais serviços;

b) Decretação de falência, recuperação judicial, dissolução judicial ou extrajudicial de qualquer das Partes;

c) Se as Partes, de comum acordo, optarem pelo encerramento antecipado do Contrato;

d) Pela CONTRATADA, na hipótese de descumprimento pelo CONTRATANTE, de suas obrigações contratuais, legais ou regulamentares quanto à utilização do serviço, inclusive, de forma fraudulenta ou com o propósito de lesar terceiros ou a própria CONTRATADA.

e) Pela CONTRATADA, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias de inadimplemento pelo CONTRATANTE;

f) Em caso de solicitação de mudança de endereço feita pelo CONTRATANTE, para endereço em que não haja viabilidade técnica para manter as condições inicialmente pactuadas.

18.2 A partir da extinção deste Contrato, cada Parte deverá, imediatamente, fazer retornar à outra, qualquer informação confidencial, equipamentos e pertences da mesma, bem como efetuar todos os pagamentos de quantias pendentes e referentes aos serviços prestados, até seu efetivo cancelamento, ressalvado o direito da Parte adimplente de fazer compensar em tais pagamentos os valores das penalidades devidas pela Parte infrator.

18.3 Rescindindo o Contrato de Prestação de Serviço antes do final do prazo de permanência estipulado, a CONTRATADA exigirá o pagamento de multa equivalente ao tempo restante para o término do prazo de permanência. (Fórmula: Valor Mensal x Meses Restantes de Pagamento= Média, Média x 30% (trinta) por cento = Valor da Multa Rescisória).

19 DESÍDIA, IMPEDIMENTO IMOTIVADO E DESISTÊNCIA.

19.1 Caso o CONTRATANTE venha a impedir a instalação do serviço ou requerer seu cancelamento, por impedimento imotivado, desistência ou desídia, a este instrumento de contrato, deverá ressarcir a CONTRATADA dos investimentos por ela incorridos para viabilizar o fornecimento do serviço.

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

19.2 Entende-se por:
a) desídia: a conduta do CONTRATANTE de não providenciar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da visita do técnico da CONTRATADA, a infraestrutura mínima necessária para ativação do serviço;
b) impedimento imotivado: a negativa do CONTRATANTE para a ativação do serviço pelos técnicos da CONTRATADA, sem motivo justificável;
c) desistência: o interesse pelo cancelamento a este instrumento de contrato.

20 DO COMODATO, DA LOCAÇÃO E DA OPÇÃO DE VENDA DOS EQUIPAMENTOS

20.1 Os equipamentos descritos na Ordem de Serviço – OS de instalação e/ou no Termo de Contratação/Adesão conectados à rede da CONTRATADA, possibilitam o acesso do CONTRATANTE, motivo pelo qual são imprescindíveis para a fruição do serviço ora contratado.
20.2 O CONTRATANTE receberá da CONTRATADA tais equipamentos em regime de comodato, sendo que o CONTRATANTE ficará responsável pelos bens, assumindo inteira responsabilidade, na qualidade de fiel depositário, pela guarda e integridade dos equipamentos, devendo restituí-los à CONTRATADA, mediante visita previamente agendada com o CONTRATANTE, caso haja rescisão do presente contrato, respondendo, ainda, nas hipóteses de dano, perda, furto, roubo e/ou extravio dos equipamentos que, em qualquer dos casos, gerarão a cobrança do valor de mercado do(s) equipamento(s) pela CONTRATADA ao CONTRATANTE.
20.3 A CONTRATADA poderá disponibilizar outros equipamentos para a infraestrutura do CONTRATANTE com maior funcionalidade/capacidade, os quais serão ofertados sob o regime de locação e/ou mediante opção de compra, sendo que o CONTRATANTE ficará responsável pelos bens, assumindo inteira responsabilidade, na qualidade de fiel depositário, pela guarda e integridade dos equipamentos, devendo restituí-los à CONTRATADA, na hipótese de locação, mediante visita previamente agendada com o CONTRATANTE, caso haja rescisão do presente contrato, respondendo, ainda, nas hipóteses de dano, perda, furto, roubo e/ou extravio dos equipamentos que, em qualquer dos casos, gerarão a cobrança do valor de mercado do(s) equipamento(s) pela CONTRATADA ao CONTRATANTE;
20.4 A locação será objeto de contrato específico, sendo o Termo de Contratação, Adesão e/ou a Ordem de Serviço o meio de adesão ao mesmo.
20.5 É vedado ao CONTRATANTE remover os equipamentos do local original da instalação, bem como alterar qualquer característica original da instalação. Também é vedado ao CONTRATANTE qualquer espécie de reparo, manutenção ou abertura dos aparelhos para qualquer fim, considerando-se tal ocorrência como falta grave e ensejadora de imediata rescisão deste contrato. A manutenção dos equipamentos deverá ser feita por empregados da CONTRATADA ou por terceiros autorizados pela mesma.
20.6 O CONTRATANTE é responsável por quaisquer defeitos, falhas, danos ou avarias verificadas no(s) equipamento(s) provido(s), comprometendo-se a:
a) não permitir que terceiros não indicados pela CONTRATADA façam quaisquer intervenções ou inspeções no(s) equipamento(s);
b) arcar com todos os custos decorrentes da má utilização do(s) equipamento(s);
c) comunicar à CONTRATADA a existência de quaisquer defeitos ou anomalias.
20.7 Em caso de dano nos equipamentos locados ou cedidos em comodato, em decorrência de manutenção indevida, o CONTRATANTE, além de arcar com os custos de reposição do equipamento danificado, arcará também com os custos de Taxa de Serviço e outros que se fizerem necessários para reparar a ação indevida do CONTRATANTE.
20.8 Quando o equipamento cedido em comodato, locado ou ofertado sob a opção de compra também servir de roteador wi-fi, o CONTRATANTE fica ciente, desde já, de que tal equipamento poderá sofrer interferência em sua performance devido a obstáculos físicos (como paredes, portas, janelas, móveis, objetos de decoração, plantas, dentre outros) ou

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

eletromagnéticos (como equipamentos eletrônicos ou eletrodomésticos), causando degradação, consequentemente, na qualidade do serviço.

20.9 Ainda na hipótese de o equipamento também operar como roteador wi-fi, a CONTRATADA não é responsável pelo dimensionamento de consumo (quantidade de banda X quantidade de dispositivos/usuários ao mesmo tempo), cabendo ao CONTRATANTE mensurar e se certificar, antes da contratação, a quantidade necessária de banda de acordo com a média de seu consumo diário.

20.10 O CONTRATANTE não poderá emprestar, ceder, locar ou sublocar, total ou parcialmente, os equipamentos cedidos ou locados sem a expressa anuência, por escrito, da CONTRATADA. Sendo a CONTRATADA a legítima proprietária dos equipamentos, com exceção daqueles adquiridos a título oneroso, em caso de eventual rescisão, o CONTRATANTE devolverá ou disponibilizará os equipamentos para a retirada pela CONTRATADA, podendo agendar a devolução através dos meios de contato disponíveis com a CONTRATADA, sob pena de, não o fazendo, ser obrigado ao ressarcimento do valor do(s) equipamento(s) vigente à época do pagamento;

20.11 O valor da locação poderá ser reajustado em períodos iguais ou superiores a 12 (doze) meses, de forma desvinculada do reajuste previsto no contrato de prestação de serviço firmado com a CONTRATADA/LOCADORA, com base na atualização do débito pelos índices admitidos por lei ou regulamentação vigente no período.

20.12 Nas hipóteses de comodato e locação, o CONTRATANTE ficará responsável pelo(s) bem(ns), assumindo inteira responsabilidade, na qualidade de fiel depositário, pela guarda e integridade do(s) equipamento(s), permitindo que somente os funcionários e ou terceiros indicados pela CONTRATADA tenham acesso aos mesmos.

20.13 Ocorrendo a rescisão contratual, a desinstalação dos equipamentos deverá ser realizada por técnico(s) devidamente habilitado(s) pela CONTRATADA ou terceiro(s) por esta indicado (s), que verificará, no local, o estado de conservação e funcionamento dos equipamentos.

20.14 O CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, poderá desinstalar os equipamentos e entregá-los no endereço da CONTRATADA constante no Termo de Contratação, oportunidade em que os equipamentos serão recebidos e testados pela equipe técnica da CONTRATADA que, se constatar avarias e/ou adulterações, as indicará na Ordem de Serviço, a qual embasará a emissão de cobrança do valor do(s) equipamento(s) avariados e/ou adulterados.

20.15 Na hipótese de ausência do CONTRATANTE no local e data agendada para a retirada e devolução do(s) equipamento(s), impossibilitando tal retirada pela CONTRATADA, ou de recusa na devolução, fica facultado à CONTRATADA emitir documento de cobrança do valor dos referidos equipamentos, conforme preço vigente dos mesmos à época em que se operar a cobrança, independentemente de prévia notificação, podendo levar os títulos a protesto, bem como encaminhar o nome do CONTRATANTE aos órgãos de proteção ao crédito.

21 DA RESPONSABILIDADE

21.1 A CONTRATADA não se responsabiliza pelo conteúdo das informações trocadas entre usuários, nem pelo uso indevido de redes de telecomunicações, sendo tais práticas de responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE, o qual deverá respeitar as leis e regulamentos vigentes, direcionando o uso do serviço de forma ética e moral, atendendo à sua finalidade e natureza, respeitando a intimidade e privacidade de dados tais como senhas e informações de uso exclusivo e/ou confidencial. O CONTRATANTE é exclusivamente responsável por perdas, lucros cessantes, danos diretos ou indiretos, incidentes ou consequentes, ou multas decorrentes da utilização dos serviços em desacordo com este Contrato, com a legislação e com a regulamentação em vigor;

21.2 As Partes não poderão ser responsabilizadas pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais na hipótese de ocorrência de caso fortuito e/ou de força maior.

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

22 SERVIÇOS DE INTERNET

22.1 Na contratação de serviço de internet, o CONTRATANTE se compromete a:

a) observar as regras relativas à utilização do serviço de internet, respeitando a privacidade e intimidade de outros usuários e/ou terceiros,

b) não difamar, insultar ou ensejar constrangimento ou qualquer tipo de discriminação, seja sexual, de raça, cor, origem, idade, condição social, presença de deficiência, crença política ou religiosa;

c) respeitar as leis de natureza cível ou criminal aplicáveis ao serviço;

d) não enviar mensagens indesejadas (spams) ou arquivos com vírus;

e) não permitir, facilitar ou incitar, direta ou indiretamente, o acesso não autorizado de qualquer natureza a computadores ou a redes da CONTRATADA ou de qualquer outra entidade ou organização;

f) manter a segurança da procedência, autenticidade, integridade ou sigilo das informações ou dados da CONTRATADA ou de terceiros;

g) não prejudicar, intencionalmente, usuários da Internet através de desenvolvimento de programas, vírus, acesso não autorizado a computadores, alterações de arquivos, programas e dados residentes na rede e utilização de cookies, em desacordo com as leis e/ou com as melhores práticas de mercado;

h) não divulgar propagandas ou anunciar produtos e serviços através de correios eletrônicos (mala direta ou spam).

22.2 Se o CONTRATANTE utilizar práticas que desrespeitem a lei, comprometam a imagem pública da CONTRATADA ou, ainda, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e normalmente aceitos no ambiente da Internet, tais como:

a) invadir a privacidade ou causar danos diretos ou indiretos a outros membros da comunidade Internet;

b) simples tentativa, acesso ou qualquer forma de controle não autorizado de banco de dados ou sistema informatizado da CONTRATADA e/ou de terceiros;

c) acessar, alterar e/ou copiar arquivos ou, ainda, simples tentativa de obtenção de senhas e dados de terceiros sem prévia autorização;

d) enviar mensagens coletivas de e-mail (spam e-mails) a grupos de usuários, ofertando produtos ou serviços de qualquer natureza, que não sejam de interesse dos destinatários ou que não tenham consentimento expresso deste.

e) disseminação de vírus de quaisquer espécies.

f) utilizar o serviço ora contratado para a prática de qualquer conduta definida como crime em legislação vigente seja ela no Brasil ou em outro país que reprima essa conduta.

22.3 Nos casos de o CONTRATANTE utilizar de qualquer das práticas previstas na cláusula acima, A CONTRATADA poderá suspender temporariamente o acesso à Internet e a seus serviços, sendo que tal fato não poderá ensejar a aplicação dos descontos concernentes à interrupção do serviço de que trata a Cláusula 15 deste instrumento, sendo facultado à CONTRATADA o direito de rescindir o presente Contrato.

23 PARAMETROS DE QUALIDADE

23.1 São parâmetros de qualidade dos serviços de Internet, sem prejuízos de outros que venham a ser estabelecidos na Regulamentação:

a) fornecimento de sinais respeitando as características estabelecidas na Regulamentação;

b) disponibilidade do serviço nos índices contratados;

c) emissão de sinais eletromagnéticos nos níveis estabelecidos na Regulamentação da ANATEL;

d) divulgação de informações aos clientes de forma inequívoca, ampla e com antecedência razoável quanto a alterações de preços e condições de fruição do serviço;

e) rapidez no atendimento às solicitações e reclamações dos clientes;

f) número de reclamações dos serviços contratados;

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

g) fornecimento à Anatel das informações necessárias à obtenção dos indicadores de qualidade do serviço, da planta, bem como, os econômico-financeiros, de forma a possibilitar a avaliação da qualidade na prestação de serviço pelo órgão regulador.

24 DA ALTERAÇÃO, EXTINÇÃO, SUBSTITUIÇÃO OU DESCONTINUIDADE DOS PLANOS DE SERVIÇO

24.1 A CONTRATADA poderá criar, alterar, extinguir, substituir e/ou descontinuar seus planos de serviços e promoções a qualquer tempo, com o propósito de se adequar a novas tecnologias, infraestrutura, a eventuais normas legais e/ou regulamentares, por conveniência ou para melhor atender o CONTRATANTE.

24.2 A alteração, extinção, substituição e/ou descontinuidade do plano de serviço ou promoção contratada será comunicada ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de correspondência física, mensagem de texto (SMS), mensagem eletrônica (e-mail), aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp ou outros), Central do Assinante, contato telefônico, contato pessoal (loja física), mensagem inserida no boleto/fatura de serviços, comunicado na página oficial da CONTRATADA, na Área do Cliente ou outro meio disponível.

24.3 A extinção de determinado plano de serviço ou promoção não necessariamente será sucedida de outro plano de serviço ou promoção;

24.4 Caso exista a substituição de um plano de serviço ou promoção contratada pelo CONTRATANTE, este não é obrigado a contratar o plano de serviço ou promoção substituído, podendo cancelar o contrato sem qualquer ônus, ressalvados os valores decorrentes da utilização até o efetivo cancelamento;

24.5 Cientificado o CONTRANTE acerca da alteração, extinção, substituição ou descontinuidade do plano de serviço ou promoção e inexistindo manifestação acerca do interesse em cancelar o contrato com a CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da cientificação, a inércia implicará na anuência e concordância integral das novas condições e preços praticados e na aceitação dos serviços;

24.6 Nenhuma indenização será devida pela alteração, extinção, substituição e/ou descontinuidade do plano de serviço ou promoção outrora contratados.

25 DO TRATAMENTO E PROTEÇÃO DE DADOS

25.1 O CONTRATANTE autoriza a coleta de dados pessoais imprescindíveis a execução deste contrato, tendo sido informado quanto ao tratamento de dados que será realizado pela CONTRATADA, nos termos da Lei nº 13.709/2018, especificamente quanto a coleta dos seguintes dados:

25.1.1 Dados relacionados à sua identificação pessoal, a fim de que se garanta a fiel contratação pelo respectivo titular do contrato;

25.1.2 Dados relacionados ao endereço do CONTRATANTE tendo em vista a necessidade da CONTRATADA identificar o local de instalação, manutenção dos serviços, envio de documentos/notificações e outras garantias necessárias ao fiel cumprimento do presente contrato;

25.1.3 Os dados coletados poderão ser utilizados para identificação de terrorismo, compartilhamento para órgãos de segurança, conforme solicitação legal pertinente, compartilhamento com autoridade administrativa e judicial no âmbito de suas competências com base no estrito cumprimento do dever legal, bem como com os órgãos de proteção ao crédito a fim de garantir a adimplência do CONTRATANTE perante a CONTRATADA.

25.2 Os dados coletados com base no legítimo interesse do CONTRATANTE, bem como para garantir a fiel execução do contrato por parte da CONTRATADA, fundamentam-se no artigo 7º da LGPD.

25.3 A PRESTADORA informa que todos os dados pessoais solicitados e coletados são os estritamente necessários para os fins almejados neste contrato;

25.4 O CONTRATANTE autoriza o compartilhamento de seus dados, para os fins descritos

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Registro Nº 1578326 15/07/2026

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

nesta cláusula, com terceiros legalmente legítimos para defender os interesses da CONTRATADA bem como do CONTRATANTE.

25.5 O tratamento dos dados pessoais do CONTRATANTE pela CONTRATADA é condição indispensável para a execução do contrato ou de procedimentos preliminares relacionados ao contrato que o CONTRATANTE pretende firmar com a CONTRATADA em relação aos serviços discriminados neste instrumento, motivo pelo qual as informações do CONTRANTE integrarão o banco de dados da CONTRATADA;

25.6 Os dados pessoais também poderão ser utilizados para:

a) análise de perfil do CONTRATANTE, objetivando, sobretudo, a oferta, divulgação, comunicação e aprimoramento de produtos e serviços de acordo com as necessidades do CONTRATANTE, assegurando uma melhor experiência enquanto consumidor da CONTRATADA;

b) auditoria e elaboração de relatórios para análise de estatísticas;

c) consulta das informações do CONTRATANTE na base de dados dos sistemas de proteção ao crédito e inclusão de cadastro;

d) cumprimento de determinações judiciais, administrativas e/ou policiais;

e) defesa dos interesses da CONTRATADA, com a utilização das informações do CONTRANTE, em processos administrativos, judiciais e arbitrais, se necessário;

f) elaboração de relatórios e indicadores para a Anatel;

g) estudo para lançamento de novos produtos, serviços, funcionalidades e melhorias no atendimento ao cliente e em suas plataformas, sites, aplicativos e sistemas;

h) envio de comunicados, notificações, cobranças, avisos e afins a respeito dos serviços prestados;

i) investigação e medidas de prevenção de combate a ilícitos, fraudes, crimes, alterações indevidas nos cadastros, dentre outras hipóteses semelhantes;

j) pesquisa de satisfação;

k) prevenção e/ou identificação de problemas técnicos e de segurança, bem como atividades ilegais, suspeitas ou fraudulentas;

l) proteção dos direitos e propriedades da CONTRATADA;

25.7 Os dados pessoais do CONTRATANTE poderão ser coletados através:

a) das interações do CONTRATANTE com os diversos canais de atendimento disponibilizados pela CONTRATADA, como contato presencial, contato telefônico, inclusive via fax, correspondência física, correspondência eletrônica (e-mail), mensagem de texto (SMS), aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp ou outros), Central do Assinante, aplicativos, sites, redes sociais, dentre outros;

b) de preenchimento de formulários em feiras, eventos, pitstops, loja física, rede social, site, landing page, dentre outros;

c) da interferência de terceiros, quando a CONTRADA contratar prestadores de serviço, indicadores e parceiros de negócio, ferramentas e plataformas de terceiros;

d) da celebração de contratos com a CONTRATADA; dentre outras formas.

25.8 Os dados pessoais do CONTRATANTE poderão ser compartilhados para cumprimento de determinações legais e ordens judiciais, policiais ou administrativas, bem como em processos judiciais, administrativos ou arbitrais.

25.9 Na hipótese de o CONTRATANTE acionar a CONTRATADA através de canais que não **aqueles disponibilizados por esta (como "Reclame Aqui", "consumidor.gov", redes sociais,** reclamação diretamente na Anatel, órgãos de defesa do consumidor, processos judiciais, administrativos ou arbitrais, dentre outros), fica ciente, desde já, de que a CONTRATADA não terá qualquer interferência no tratamento de seus dados.

25.10 Todas as interações entre CONTRATANTE e CONTRATADA (loja física, e-mail, contato telefônico, aplicativo de mensagem instantânea - WhatsApp ou outros -, mensagem de texto – SMS -, dentre outras), independentemente do meio empregado, poderão ser utilizadas para avaliação interna de desempenho do colaborador/preposto da CONTRATADA que realizar o atendimento do CONTRATANTE.

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

25.11 A CONTRATADA se compromete a implementar medidas de segurança técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais do CONTRATANTE contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito dos mesmos;
25.12 A estrutura física e lógica da CONTRATADA visará, sobretudo, a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados pessoais.
25.13 Os dados pessoais do CONTRATANTE serão tratados pela CONTRATADA pelo tempo necessário ao cumprimento das finalidades respectivas. Após o término da finalidade, é autorizada a conservação dos dados pela CONTRATADA para exercício regular de direito, cumprimento de obrigação legal ou regulatória, transferência a terceiro, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados, e uso exclusivo da CONTRATADA, desde que anonimizados os dados.
25.14 O CONTRATANTE possui tempo determinado de 05 (cinco) anos para acesso aos próprios dados armazenados, podendo também solicitar a exclusão de dados que foram previamente coletados com seu consentimento;
25.15 A exclusão de dados será efetuada sem que haja prejuízo por parte da CONTRATADA, tendo em vista a necessidade de guarda de documentos por prazo determinado de 05 (cinco) anos, conforme lei civil. Para tanto, caso o CONTRATANTE deseje efetuar a revogação de algum dado, deverá preencher uma declaração neste sentido, ciente que a revogação de determinados poderá importar em eventuais prejuízos na prestação de serviços;
25.16 O CONTRATANTE autoriza, neste mesmo ato, a guarda dos documentos (contratos/documentos fiscais/notificações/protocolos/ordens de serviços) em que pese eles possuam dados pessoais por parte da CONTRATADA a fim de que ela cumpra com o determinado nas demais normas que regulam o presente contrato, bem como para o cumprimento da obrigação legal nos termos do artigo 16, inciso I, da Lei Geral de Proteção de Dados.
25.17 Em eventual vazamento indevido de dados a CONTRATADA se compromete a comunicar seus assinantes sobre o ocorrido, bem como sobre qual o dado vertido e todas as medidas tomadas para mitigação dos danos decorrentes do vazamento.
25.18 A CONTRATADA informa que a gerência de dados ocorrerá através de um sistema que colherá e tratará os dados na forma da lei;
25.19 A CONTRATADA informa que efetuará a manutenção do registro das operações de tratamento de dados pessoais da forma mencionada na cláusula anterior.
25.20 Rescindido o contrato os dados pessoais coletados serão armazenados pelo tempo determinado na cláusula 25.11. Passado o termo de guarda pertinente a CONTRATADA se compromete a efetuar o descarte dos dados adequadamente.

26 DA CONFIDENCIALIDADE

26.1 As partes, por si, e, se aplicável, por seus representantes, prepostos, empregados, gerentes ou procuradores, obrigam-se a manter sigilo sobre quaisquer informações confidenciais. Para os fins deste termo, a expressão "Informações Confidenciais" significa toda e qualquer informação verbal ou escrita, tangível ou no formato eletrônico, obtida direta ou indiretamente pelas partes em função do presente contrato. Tais obrigações permanecerão em vigor mesmo após a rescisão ou término do contrato, pelo prazo de 2 (dois) anos.
26.2 As informações confidenciais compreendem quaisquer dados, materiais, documentos, especificações técnicas ou comerciais, ou dados gerais em razão do presente contrato, de que venham a ter acesso ou conhecimento, ou ainda que lhes tenham sido confiados, não podendo, sob qualquer pretexto, desculpa, omissão, culpa ou dolo, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a pessoas estranhas a essa contratação, salvo se houver consentimento expresso e conjunto das partes.
26.3 A confidencialidade deixa de ser obrigatória, se comprovado documentalmente que

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

as informações confidenciais:

a) Estavam no domínio público na data da celebração do presente contrato;

b) Tornaram-se partes do domínio público depois da data de celebração do contrato, por razões não atribuíveis à ação ou omissão das partes;

c) Foram reveladas em razão de qualquer ordem, decreto, despacho, decisão ou regra emitida por qualquer órgão judicial, legislativo ou executivo que imponha tal revelação;

d) Foram reveladas em razão de solicitação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, por seus prepostos e/ou fiscais;

e) As PARTES declaram possuir conhecimento de que a confidencialidade ora pactuada poderá não ser observado em decorrência de determinação legal e/ou de autoridade judicial ou policial.

27 DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

27.1 O CONTRATANTE, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, sobretudo em observância à Lei n. 12.846/2013.

27.2 Na execução deste contrato, nem o CONTRATANTE nem qualquer dos seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer dinheiro ou coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes parceiros ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para qualquer pessoa, e que violem as regras anticorrupção.

27.3 Para fins da presente cláusula, o CONTRATANTE declara neste ato que:

a) Não violou, viola ou violará as regras anticorrupção;

b) Tem ciência de que qualquer atividade que viole as regras anticorrupção é proibida e que conhece as consequências passiveis de tal violação.

27.4 Qualquer descumprimento das regras anticorrupção pelo CONTRATANTE, em qualquer um dos seus aspectos, ensejará a rescisão motivada imediata do presente instrumento, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades previstas neste contrato.

28 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

28.1 As partes contratantes são totalmente distintas e absolutamente independentes jurídica e financeiramente uma da outra, ficando isentas, desde já, por toda e qualquer responsabilidade perante os poderes públicos e terceiros, por encargos e obrigações civis, tributárias, previdenciárias, trabalhistas, penais e/ou quaisquer outras decorrentes da execução deste instrumento, estando cada qual apenas obrigada a cumprir com suas obrigações dispostas neste contrato, não podendo as partes, inclusive, assumir compromissos ou responder perante terceiros, uma pela outra.

28.2 O CONTRATANTE autoriza expressamente a CONTRATADA a contatá-lo para ofertar, divulgar, comunicar e/ou aprimorar os produtos e serviços prestados, bem como a notificá-lo de sua inadimplência em caso de atraso de qualquer verba decorrente do presente contrato, por qualquer meio definido pela CONTRATADA, podendo ser por correspondência física, correspondência eletrônica (e-mail), mensagem de texto (SMS), aplicativo de mensagem instantânea (WhatsApp ou outros), Central do Assinante, contato telefônico ou presencial, inclusive via fax, ou outras formas ajustadas entre as partes, utilizando, para tanto, os dados fornecidos pelo CONTRATANTE.

28.3 É responsabilidade do CONTRANTE preservar-se contra a perda de dados, invasão de rede e outros eventuais danos causados pela utilização da internet, não cabendo à CONTRATADA qualquer responsabilidade pela segurança da rede e dados do CONTRANTE,

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Registro Nº 1578326 15/07/2026

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

bem como por eventuais danos e prejuízos sofridos pelo ASSINANTE, sejam a que título for.

28.4 O CONTRANTE não poderá transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, seja a que título for salvo com expressa e específica anuência da CONTRATADA, oportunidade em deverá quitar previamente todos os débitos eventualmente existentes.

28.5 As condições apresentadas neste instrumento poderão sofrer alterações, sempre que a CONTRATADA entender necessárias para atualizar os serviços objeto do presente contrato, bem como para adequar-se a futuras disposições legais exaradas pela ANATEL.

28.6 O CONTRANTATE poderá encontrar informações sobre o serviço no portal eletrônico da CONTRATADA e demais canais de atendimento.

28.7 Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por qualquer das Partes, do direito ou faculdade que lhe assistem pelo presente contrato, ou a concordância com o atraso no cumprimento ou cumprimento parcial das obrigações da outra Parte, não afetará os direitos ou faculdades que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, nem alterará as condições estipuladas neste contrato.

28.8 Na hipótese de qualquer cláusula, termo ou disposição deste contrato ser judicialmente declarado inválido, ilegal ou inexequível, a validade, legalidade ou exequibilidade das demais disposições não será, de qualquer modo, afetada ou prejudicada e nenhuma das Partes será penalizada pela declaração de invalidade, ilegalidade ou inexequibilidade da presente contratação.

28.9 A remuneração estabelecida na política comercial considera a carga tributária e contributiva incidente sobre o preço dos serviços no momento da contratação. A majoração, diminuição, criação ou revogação de tais encargos implicará a necessária e automática revisão do preço, para mais ou para menos, correspondente, de forma a neutralizar tal ocorrência e restabelecer o equilíbrio da remuneração, preservando o preço líquido

28.10 Na hipótese de ser reconhecida a inconstitucionalidade, não incidência ou qualquer outra forma de desoneração de um ou mais tributos indiretos recolhidos pela PRESTADORA, o CONTRATANTE desde já autoriza a CONTRATADA a ressarcir/recuperar este(s) tributo(s) recolhidos indevidamente, independentemente de sua ciência ou manifestação expressa ulterior neste sentido.

28.11 Os tributos e encargos fiscais devidos, direta ou indiretamente, em virtude deste contrato ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte definido na respectiva norma tributária, ressalvado o direito da CONTRATADA em repassar os encargos ao CONTRATANTE decorrente de modificação de legislação;

28.12A CONTRATADA poderá ceder, total ou parcialmente, os direitos e obrigações deste contrato, sem necessidade de anuência do CONTRATANTE e sem prejuízo das obrigações já assumidas.

28.13O presente contrato obriga as Partes e seus sucessores a qualquer título.

28.14Não obstante a rescisão do contrato ou o término da prestação do serviço, as partes ficarão plenamente vinculadas ao fiel cumprimento de suas obrigações, inclusive no tocante aos valores devidos pelo CONTRATANTE pela utilização do serviço e às obrigações constantes nesta contratação, no Contrato de Permanência e no Contrato de Locação, em decorrência dos descontos, vantagens, benefícios e prazo de permanência lá previstos.

28.15 As partes garantem que este contrato não viola quaisquer obrigações assumidas perante terceiros.

28.16 Os serviços de telecomunicações, por sua própria natureza, não podem ser garantidos em tempo integral, sobretudo em razão da interligação da rede mundial de computadores, bem como em decorrência de fenômenos naturais, ações de terceiros ou de concessionárias de serviços;

28.16.1 A responsabilidade da CONTRATADA está limitada à concessão de desconto, nas hipóteses de indisponibilidade e interrupção do serviço, conforme disposto neste

Registro Nº 1578326 15/07/2026

Protocolo nº 17848 de 15/07/2026: Documento registrado eletronicamente para fins de publicidade e/ou eficácia em relação a terceiros sob nº 1578326 em 15/07/2026 deste Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Assinado digitalmente por FABIELE TOAZZA - Escrevente Autorizado(a).

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça	Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R$ 206,70	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 9,12	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 215,82

documento. Entende e aceita desde já o CONTRATANTE que o não cumprimento da obrigação pela CONTRATADA de garantir a disponibilidade da rede de telecomunicações e demais serviços é plenamente compensado pela concessão do referido desconto, não sendo cabível por nenhuma razão de fato ou de direito qualquer adicional de caráter compensatório ou indenizatório.

28.17 Se uma das Partes for compelida a figurar em qualquer processo administrativo ou judicial, por ação ou omissão da outra Parte, decorrente do serviço contratado neste contrato, fica a Parte responsável obrigada a tentar a substituição e a ressarcir à Parte prejudicada o valor correspondente à condenação transitada em julgado, despesas, custas judiciais e honorários advocatícios.

28.18 O CONTRATANTE declara-se ciente de que o desenvolvimento de atividades de telecomunicações sem a respectiva autorização expedida pela ANATEL constitui crime previsto no art. 183, da Lei n. 9.472/1997.

28.19 É de inteira responsabilidade do CONTRATANTE qualquer informação ou uso inadequado do serviço que venha a prejudicar terceiros, inclusive por direitos que dizem respeito à propriedade intelectual, respondendo pelo dano a que der causa.

28.20 O contrato poderá ser alterado a qualquer momento por força de alterações decorrentes da lei e da regulamentação aplicável. O CONTRATANTE será comunicado pela CONTRATADA previamente, salvo se o prazo estabelecido não comportar aviso prévio, hipótese que a alteração será automaticamente aplicada no presente contrato.

28.21 A CONTRATADA poderá introduzir modificações ou aditivo contratual no presente instrumento, mediante o devido registro em cartório, e divulgará no site e/ou em outros meios de comunicação as novas versões do presente contrato, ficando facultado ao CONTRATANTE o direito de formalizar sua oposição, de forma fundamentada, em até 30 (trinta) dias corridos contados da divulgação. Após esse prazo, passam a vigorar as novas condições contratuais.

28.22 Não serão permitidas as alterações do plano de serviço solicitadas por CONTRATANTES que não estejam em dia com as suas obrigações.

29 DO FORO

29.1 Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação ou casos omissos do presente contrato, fica eleito o foro da comarca de Nova Prata - RS, quando se tratar de pessoa física, e o foro da comarca do local da prestação do serviço, quando se tratar de consumidor corporativo.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e termos do presente contrato, o CONTRATANTE irá aderir ao presente documento assinando/aceitando o TERMO DE ADESÃO disponibilizado pela CONTRADA.

Nova Prata, 09 de julho de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
VALERIO COLLET JUNIOR
Data: 09/07/2026 16:04:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ADYLNET LTDA.
CNPJ 06.061.646/0001-65